

Religiosidade e escolarização em Nova Trento: da colonização italiana à década de 1940

Ana Maria Marques¹
anamariamarques.ufmt@gmail.com
Universidade Federal do Mato Grosso

Resumo: Neste artigo analiso como a escola em Nova Trento, município situado a cerca de 80 km da capital catarinense, se constitui como espaço de formação e educação religiosa, desde o início da colonização italiana para o local até a década de 1930. Para a escola convergiram interesses institucionais, políticos e religiosos que, embora pudessem parecer divergentes no que tange à educação religiosa, muito coincidiam.

Palavras-chave: Escola; Religião Católica; Cultura Italiana; Nova Trento

Abstract: This article analyzes how the school in Nova Trento, a city located about 80 km from the capital of Santa Catarina, is constituted as an area of training and religious education since the beginning of Italian colonization to the site until the 1930s. For school interests converged institutional, political and religious, although they seemed different, when it comes to religious education, much coincided.

Keywords: School; Catholic; Italian Culture; Nova Trento

A religiosidade está presente na cultura através também das práticas escolares. Em Nova Trento não foi diferente. A escola entra nesse cenário, também, como lugar de formação e criação da religião católica. O espaço escolar funde-se num misto de instrução, socialização e interesses sociais. Na escola, aprende-se a ler escrever e contar. Também a rezar, obedecer e disciplinar-se. Investir em educação era bandeira religiosa e política, ou seja, tanto padres como elites dirigentes locais se preocupavam ou tinham interesses na questão da instrução escolar. Instruir podia ser colaborar na formação de um bom católico, na vertente da Igreja, bem como uma oportunidade de formação da consciência nacional, na vertente liberal. Mas, a despeito de interesses institucionais e de grupos, é no cotidiano das pessoas que as escolas ganham sentido e razão de existência.

A escola acompanha a história de Nova Trento desde quando era núcleo colonial pertencente à Colônia Itajaí Príncipe Dom Pedro. Tem-se notícias da existência de uma casa “tapada ao redor de barro e coberta de folha de palha”² que servia de escola desde 1876. Também servia de espaço para missas nas eventuais visitas de padres até 1879, quando os

¹ Doutora em História, professora da Universidade Federal do Mato Grosso. Este texto é baseado em um dos capítulos da minha dissertação de mestrado em História, defendida em 1995 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob orientação da Prof^a Dra. Maria Bernardete Ramos Flores.

² Memória de Luiz Borinelli. *Apud* PIAZZA, W. F. *Nova Trento*. Florianópolis, 1950, p. 160.



jesuítas estabeleceram-se definitivamente na cidade. Vê-se então, como o espaço da escola se criou como lugar de socialização, aprendizado e oração.

Numa sociedade formada basicamente por camponeses, não era muito fácil encontrar professor capacitado. O professor era aquele que se destacava entre os demais pela sua prestatividade e disposição de ensinar o que sabia e com o material que possuía.

Conforme o relatório anual do presidente da província, de 1878, citado por Jonas Cadorin, naquela data havia cinco escolas no distrito de Nova Trento³. Essas escolas receberam recursos do governo provincial até 1881, quando do desmembramento de Brusque em relação à Colônia Itajaí Príncipe Dom Pedro⁴. Já Padre Ganarini falava de seis escolas mantidas pelo governo naquela época⁵. Cinco ou seis, com a emancipação da Colônia essas escolas deixaram de funcionar. Até então o ensino era ministrado por pessoas da localidade, consideradas instruídas ou instrumentalizadas para desempenhar tal função. O referido padre relata que as escolas possuíam bancos, cadeiras, mesa para professor, quadro-negro e mapa-múndi. Diz ainda que os missionários, a partir de 1879, dedicaram-se à educação religiosa de crianças e adultos do distrito. Diante dessas condições apresentadas, ele propõe ao governo a obrigatoriedade do ensino e multa aos pais que não mandassem seus filhos à escola.

Contudo, independentemente da proposta do padre e da aceitação do governo, a Igreja fazia da educação escolar uma obrigação. Afinal, não se deveria admitir para a Primeira Comunhão aqueles que não estivessem “bastante instruídos”, lembra Padre Ganarini.

Madre Paulina⁶ foi um exemplo entre aqueles que ansiavam conhecer o mundo letrado para poder alcançar o sacramento da comunhão. Amábile (antes de ser irmã, mãe e Santa Paulina) prometeu nunca em sua vida fazer leituras profanas se conseguisse aprender a ler. E no dia de sua Primeira Comunhão estava lendo. O fato, que pode parecer milagroso, é revelador da força de vontade e investimento de uma cultura religiosa que exigia o mínimo de instrução. Mais tarde, a congregação de Madre Paulina dedicou-se também à educação formal nas escolas, em Nova Trento e em outras cidades, onde o interesse em expandir a “obra de Deus”, que era também da Igreja, as acompanhava.

³ CADORIN, Jonas. *Nova Trento, outra vez...* Nova Trento: Prefeitura Municipal, 1992, p. 123.

⁴ BOSO, Ivete Marli. *Entre passado e futuro: bilingüismo em uma comunidade trentino-brasileira*. 1991. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991, p. 84.

⁵ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Correspondências dos Arciprestes e Vigários ao Presidente da Província. Abr./1883.

⁶ Madre Paulina foi revertida fundadora da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição com o processo que a levou à beatificação pelo papa João Paulo II em 18 de outubro de 1991. A canonização em 2002 consagrou-a Santa Paulina – a primeira santa brasileira, embora tivesse nascido em Vígolo, na Itália, que era território austríaco em 1865. Naturalizou-se no Brasil, para onde emigrou com seus pais quando ainda criança e se instalou na então colônia italiana Nova Trento. Dali partiu para São Paulo, seguindo vida religiosa, onde morreu em 1942.



Desta forma a obrigatoriedade do ensino ficava estabelecida por parâmetros religiosos e não governamentais, embora em alguns momentos os interesses se confundissem. A escola era espaço de educação religiosa. Mesmo nas “escolas do governo”, quando não estavam em conflito com a concepção educacional da Igreja, ensinava-se a doutrina. Monsenhor Francisco Topp, governador do bispado, escrevendo ao pároco de Nova Trento, deixou claro o interesse da Igreja no que se refere ao ensino da doutrina nas escolas, dizendo: “[...] a questão do ensino da doutrina cristã nos grupos e escolas do governo pode ser excelente e de grande alcance em várias paróquias e capelas por facilitar ao pároco o cumprimento de um de seus mais graves deveres”⁷.

As tais escolas do governo começaram a aparecer na cidade a partir de 1885. Antes o governo provincial subsidiava iniciativas particulares. As escolas públicas do governo trouxeram ao cenário da história uma discussão sobre a própria concepção de escola. Laica ou religiosa? Como deveria ser a escola para liberais e para a Igreja?

Henrique Carlos Boiteux, grande comerciante local, com título de coronel, era um liberal. Nessa vertente, ele aparece na historiografia como uma alavanca promissora para as escolas. Foi quem deu “os primeiros passos sobre a instrução dos habitantes das plagas marginais do rio do Braço”, diz Walter Piazza⁸. O próprio Boiteux relata seu empenho nesse projeto em favor da “instrução pública”⁹. Falava de seu pedido ao presidente da província, Gama Rosa, em visita a Nova Trento, no ano de 1883. Pedia subsídio para “instrução primária na sede deste distrito”, pois segundo ele havia uma “grande lacuna” a ser preenchida nesse sentido. O pedido foi atendido e o professor José de Oliveira, que “havia aberto uma escola particular”, passou a receber auxílio pecuniário do governo. Tal auxílio foi suspenso no ano seguinte pelo mesmo presidente que o concedeu, “sob o pretexto de existência de irregularidades na direção e funcionamento da referida escola”.

A partir de então, o Coronel Boiteux uniu-se a “outros liberais do distrito” em prol da criação de uma “Escola mista de ensino primário”. Em 1885, tal escola foi criada e teve como professora Ignez da Silva Castro Lobão. Ela veio removida de uma escola do Estreito, em Florianópolis, em caráter vitalício.

O Coronel Boiteux, no mesmo ano, foi nomeado “Delegado Literário”. O cargo era de confiança do presidente da província e por ele mesmo nomeado. O delegado literário deveria

⁷ Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis. Livro Tombo – Nova Trento, 23/03/1919.

⁸ PIAZZA, W. F. *Nova Trento*. Florianópolis, 1950, p. 75.

⁹ BOITEUX, H. C. *Nova Trento*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1929, p. 43-44.



inspecionar e fiscalizar o andamento das escolas, bem como o cumprimento do Regulamento da Instrução Pública.

Se a “instrução pública” estava iniciando-se em Nova Trento, em 1885, no estado de Santa Catarina não diferia muito. Pois até 1890, o quadro da instrução pública no estado era pouco expressivo. Um recenseamento escolar de 1890 mostrava que de uma população escolar, entre 5 e 15 anos de idade, totalizando 53.915 jovens, apenas 5.833 estavam matriculados. E, dentre os matriculados nas escolas públicas estaduais, 8,23% frequentavam as aulas¹⁰.

O Estado republicano não deveria subvencionar escolas religiosas, conforme ditava a Constituição de 1891. As escolas públicas, do governo, deveriam ser laicas, independentes de credos religiosos. A partir da instalação do novo regime, a preocupação do Estado com as escolas públicas tornava-se crescente, bem como da Igreja.

Em Nova Trento, como em várias cidades brasileiras, do final do século XIX e início do XX, o ideal liberal crescia consolidado no discurso da formação de uma consciência nacional. Formação esta que passava pelo aprendizado e respeito aos símbolos nacionais e à língua nacional. Os liberais de Nova Trento eram comerciantes, grandes proprietários de terra e/ou imóveis. Representavam uma parcela da elite local. Ocupavam cargos administrativos e políticos. Faziam acordos e alianças, quando possíveis, para regulamentar a sociedade civil. As escolas públicas são exemplo do empenho liberal.

Os liberais acreditavam que a consciência cívica, o patriotismo, passava pela proposta da escola pública e gratuita. O projeto político-pedagógico tratado por Maria Helena Capelato¹¹ estava idealizado, no Brasil da década de 1920, como lugar de afirmação da ordem. Dessa forma, “a instrução com ênfase no ensino da moral e civismo se configura como instrumento de controle social”¹². Acrescenta a autora que tal projeto “defendia a persistência do Estado laico consolidado com a república”. E isso “representava um golpe profundo para a Igreja, que assim perdia sua força política e o controle hegemônico da educação”¹³.

O conflito entre liberais e Igreja em Nova Trento tornou-se mais claro a partir da década de 1910. Escolas públicas e escolas confessionais, denominadas paroquiais, naquela década, existiam em igual número e sustentavam-se de formas independentes. Mas no mesmo

¹⁰ Cf. HEERDT, Moacir. *As escolas paroquiais em Santa Catarina – 1889-1930*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

¹¹ CAPELATO, M. H. *Os arautos do liberalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 139-208.

¹² *Ibid.*, p. 147-148.

¹³ *Ibid.*, p. 151.



período, a falta de subsídio do governo italiano para as escolas paroquiais contribuiu para que o conflito se acirrasse.

Em 1910, Padre Cybeo, pároco local, escrevendo a uma publicação italiana (*Italica Gens*), falava da existência de quatro escolas “governativas” e quatro “paroquiais”. “As governativas são naturalmente mantidas pelo governo brasileiro, as paroquiais pelo bispo; duas dessas são dirigidas por freiras e duas por bons professores italianos”¹⁴.

As escolas paroquiais recebiam subvenção do governo da Itália por conta do ensino da gramática italiana. Recebiam livros e dinheiro para pagar professores. Contudo, na época da Primeira Guerra Mundial esses subsídios foram suspensos. Os padres julgavam que a subvenção sacrificava a independência das escolas e determinava um certo compromisso ideológico com aquele governo, declarado “inimigo da Igreja e do Papa”¹⁵. O liberalismo italiano opunha-se politicamente à Igreja.

Uma das escolas paroquiais dirigidas por freiras ficava na localidade do Salto. Essas freiras pertenciam à Congregação das Irmãs Catequistas de Rodeio. Tal congregação, como a das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, foi criada e projetada a partir de regiões de colonização italiana. As irmãs catequistas se constituíram “da necessidade de conseguir professores que, além da boa cultura e dedicação, apresentassem formação verdadeiramente religiosa”¹⁶. Receberam “preparação intelectual e espiritual no convento das freiras de Rodeio”¹⁷.

As irmãs catequistas, atendendo ao convite dos jesuítas de Nova Trento, assumiram, em 1917, a direção da Escola Paroquial de Santo Antônio, recém-construída no Salto, onde permaneceram até 1941¹⁸. As Irmãzinhas da Imaculada Conceição, mais dedicadas à assistência aos doentes e à catequese, não tiveram, a princípio, uma formação especificamente voltada às atividades escolares. A instrução escolar das Irmãzinhas era, em geral, básica ou primária. Padre Rocchi, primeiro padre a lutar pela afirmação da congregação, contratou o professor Virgílio Fantini, da escola pública, para lecionar para as irmãs. Isso durou apenas três meses. Elas preferiram dedicar-se aos trabalhos manuais e comunitários¹⁹. Mais tarde,

¹⁴ Apud BOSO, Ivete Marli. *Entre passado e futuro: bilingüismo em uma comunidade trentino-brasileira*. 1991. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991, p. 90.

¹⁵ Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis. Livro Tombo-Nova Trento. 12/10/1910.

¹⁶ BERRI, Aléssio. *A Igreja na colonização italiana*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988, p. 180.

¹⁷ *Ibid.*, p. 181.

¹⁸ Arquivo da Província Jesuíta do Brasil Meridional. História da Casa. 1944, p. 3.

¹⁹ Arquivo da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. Histórico da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, 1875-1894, p. 41.



com a criação do noviciado e o crescimento da congregação, o empenho na formação escolar tornava-se necessário e obrigatório.

As irmãs, tanto as catequistas como as da Imaculada Conceição, tinham uma origem cultural italiana. Falavam a mesma língua. Trabalhando nas escolas paroquiais, assim como os professores italianos, citados pelo Padre Cybeo, tornavam-se alvos de identificação com uma cultura não reconhecida como nacional-brasileira. A língua corrente nesses estabelecimentos era a italiana, fosse gramatical (dos livros e dos padres italianos) ou dialetal (fluyente na linguagem verbal dos moradores, os quais, em grande maioria, eram originários da região do Trentino, na Itália, principalmente na sede do município).

A questão da língua era motivo frequente de perseguição política. O ideário liberal era baseado no nacionalismo. O relato seguinte, de 1918, revela que havia certa intriga entre Igreja e grupos políticos no que se refere ao encaminhamento da questão educacional e utilização da língua específica dos imigrantes oriundos de diferentes países.

O Pe. Oscar Zoller sem descanso por cinco anos instituiu três escolas paroquiais e as comunhões gerais mensais. Aprendera a língua polaca, tão necessária. Por falsas interpretações de um grupo de malvados e influentes, teve de retirar-se de Nova Trento e foi ao Rio Grande.²⁰

Parece que para os padres, a princípio, a educação religiosa não passava pelo ensino da língua portuguesa, ao contrário, aprendiam a língua dos colonos para melhor se comunicar com eles. A cultura religiosa tinha uma ligação íntima com a linguagem usual cotidiana. Trocar a *Madonna* pela Nossa Senhora, por exemplo, não era só mudar o modo de denominar, mas passava por um processo de assimilação e entendimento do novo.

A linguagem, que é social, está explícita no processo discursivo, argumenta Eni Orlandi. Segundo ela, o discurso não é mera transmissão de informação, mas “efeito de sentido entre interlocutores”, os quais, no seu contexto histórico-cultural, “constituem o sentido da sequência verbal produzida”. Completa: “O sujeito que produz linguagem também está produzido nela”²¹.

Romper o processo discursivo da linguagem verbal dos colonos era também um ato de dominação, de interferência no sentido do próprio discurso. O dialeto italiano, mais frequente na cidade, resistiu ao ideário liberal nas relações cotidianas mais íntimas: de família, de amizade, de afetividade. Ainda hoje, mesmo aqueles que não falam correntemente o dialeto, têm uma forma própria de falar o português. Um português italianizado, com entonações do

²⁰ Arquivo da Província Jesuíta do Brasil Meridional. Cartas Anuais. Tradução de Padre Zenno Etges.

²¹ ORLANDI, Eni Pucinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987, p. 26.



dialeto e palavras deste incorporadas. É o tal efeito do “bilinguismo” do qual se ocupou Ivete M. Boso. Então, a linguagem não deixa de ser uma forma de identificação cultural, ora atendendo a imposições e necessidades colocadas, ora reportando ao passado, às tradições.

Na década de 1930, a utilização pública da língua italiana era frequentemente controlada e politicamente discutida. A Igreja continuava, na medida do possível, utilizando o italiano ou outras línguas conforme os diferentes núcleos de colonização. Em 1932, um relatório anual mostra isto:

Em certos domingos o único padre presente deve falar quatro vezes na igreja. O sermão na primeira missa é feito em italiano, na segunda em português. Nas outras capelas deve-se falar também alemão e polonês. [...] Alguns nativistas luso-brasileiros, numa capela distante, causaram perturbação contra o Pe. José Von Lasberg por causa do uso do alemão, acusando-o junto ao chefe de polícia e o arcebispo. De modo semelhante, Pe. José da Poian foi denunciado junto ao arcebispo por causa da preferência pelo italiano na igreja matriz e foi repreendido por ele, porque todos conheceriam suficientemente bem o português. Por isso, falar o italiano é favorecer o fascismo²².

A utilização de línguas que não fossem a portuguesa estava caracterizada como uma forma de segregação social. A língua italiana era vinculada à política autoritária de Mussolini. Em 1938, esse conflito persistia.

Pregar em italiano não é proibido pela lei eclesiástica nem pela lei civil. A Igreja prega as verdades divinas nas diversas línguas conforme a necessidade espiritual do povo. Sobre a conveniência e necessidade julga a autoridade eclesiástica.²³

A política de nacionalização atingia toda a sociedade. Igreja e escolas estavam sempre sujeitas a críticas e repreensões, enquanto resistiam e se adaptavam.

Ainda na década de 1930 os problemas relacionados à utilização da língua estavam presentes mesmo nas escolas públicas. É o caso da visita do inspetor escolar Wongenfuck, em 1933, à escola municipal do Morro da Onça, próxima ao centro da cidade. Acompanhado do então delegado literário, Hypólito Boiteux (filho do Henrique), o inspetor fez algumas constatações. Dizia que a professora Clara Voltolini ensinava em italiano e os alunos “em geral nem compreendem a língua vernácula”. Ordena, então, à professora “falar com os alunos constantemente na língua vernácula”. Ainda como liberal preocupado com os símbolos de identificação nacional, alertava: “De cantos conheciam muito mal o Hino da Bandeira”²⁴.

²² Arquivo da Província Jesuíta de Brasil Meridional. Cartas Anuais, p. 3.

²³ Arquivo da Paróquia de Nova Trento. Livro de Avisos. Agosto de 1938.

²⁴ CADORIN, Jonas. *Nova Trento, outra vez...* Nova Trento: Prefeitura Municipal, 1992, p. 128-129.



Embora a questão da língua tenha servido de enfrentamento entre liberais e a Igreja, esta última tinha a preocupação de garantir a “instrução religiosa na escola”. A Igreja estava a perder seu campo de atuação, através do ensino religioso, nas escolas do governo: “[...] as escolas, excetuadas duas, foram fundadas pela federação ou pelo Estado, portanto sem religião – contra Cristo, porque não por Ele”²⁵.

Na década de 1920, o crescimento das escolas públicas estava acontecendo em toda Santa Catarina. Em Nova Trento, eram em número de doze, entre urbanas e rurais²⁶, enquanto as paroquiais eram duas²⁷.

Moacir Heerdt coloca os fatores determinantes do declínio quantitativo das escolas paroquiais em Santa Catarina: a ação do governo estadual em desenvolver uma política de nacionalização através do ensino religioso nas escolas públicas, a gratuidade do ensino e o consentimento de ensino religioso nas escolas públicas²⁸.

Todavia, o ensino religioso não era tão consensual assim. Ainda nos anos 30, os jesuítas, em Nova Trento, tentavam manter as escolas católicas a custo do empenho comunitário em prestigiar os festivais²⁹ e teatros³⁰ promovidos por essas escolas. Seria uma forma de arrecadar donativos para tais estabelecimentos.

Não foram objeto de minha pesquisa os conteúdos do ensino religioso ministrado, ou ainda currículos, rendimento, frequência e faixa etária dos alunos. Todavia, pode-se afirmar que a escola fora um espaço onde a religião católica era ensinada e valorizada nas aulas e nas atividades extraclasse, como teatros e missas. Participar das missas escolares era dever, especialmente nas escolas paroquiais: “Às 8, missa escolar (em honra do Espírito Santo) à qual devem comparecer todos os que pretendem entrar na escola paroquial, a qual se abrirá logo depois da missa”³¹.

²⁵ Arquivo da Província Jesuíta do Brasil Meridional. Cartas Anuais. 1929.

²⁶ Relatório das Escolas Públicas – 1926. Apud HEERDT, M. *As escolas paroquiais em Santa Catarina – 1889-1930*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992, p. 146.

²⁷ Relatório das Escolas Públicas – 1927. Apud HEERDT, M. Op. cit. p. 149.

²⁸ HEERDT, M. Op. cit. p. 148.

²⁹ Os festivais eram anunciados nas missas, como este: “[...] na sala do teatro do Colégio Paroquial São Virgílio terá lugar um festival; a entrada é gratuita, a quem porém der alguma gorjeta em reconhecimento do quanto gratuitamente as Irmãs durante este ano fizeram na escola e doutrina em benefício das crianças do lugar, desde já meus agradecimentos e o das Irmãs” (Arquivo da Paróquia de Nova Trento. Livro de Avisos. 11/11/1928).

³⁰ “Hoje de tarde depois das funções na escola paroquial, teatro infantil por meninos e meninas da escola paroquial. Os amigos de crianças venham apreciar. O que render será empregado em favor da escola paroquial” (Arquivo da Paróquia de Nova Trento. Livro de Avisos. 11/11/1928).

³¹ Arquivo da Paróquia de Nova Trento. Livro de Avisos. 15/02/1938.



Mandar os filhos à escola era um “dever sacrossanto”. Mesmo na proposta conciliadora entre Igreja e liberais, tornava-se dever daqueles que se diziam católicos, “em favor da Igreja e da Pátria”, avisava o padre³².

A escola pública, laica e identificada com a ideia homogênea de nação, diferenciava-se da escola confessional. A pública tinha um projeto político pedagógico voltado à formação de uma consciência nacional, desmerecendo a heterogeneidade cultural. Boa parte dos habitantes de Nova Trento, por sua vez, não se identificava com aquela ideia de nação, embora houvesse grupos ligados a esse ideal, como era o caso dos liberais.

A escola confessional preservava uma ligação direta com a cultura religiosa vivida no cotidiano. A tentativa de separar público e privado, criando um tipo de escola que não viesse ao encontro daquela cultura que não separava vida pública da vida privada, era um tanto complicada e conflituosa. A religiosidade não se deixava em casa quando se ia para a escola, tampouco a linguagem se transformava facilmente.

Quando o governo estadual substituiu professoras irmãs por professoras ou professores leigos, com base na legislação que previa a contratação de normalistas, não era a legislação que interessava à comunidade. Para esta, era importante manter as irmãs. Embora não houvesse meios materiais para sustentá-las se não fosse com recursos do Estado, a reação popular era uma demonstração da importância das irmãs para a comunidade local. Era o caso da escola paroquial do Salto, atendida pelas irmãs catequistas até 1941:

A comunidade dos fiéis a passou ao Estado por faltarem dia a dia mais meios pecuniários, com a condição que as Catequistas continuassem a atendê-la. Mas o Estado nomeou uma professora leiga. Por isso houve grande consternação entre os fiéis, surgindo daí uma resistência passiva. No tempo das Irmãs havia 70 alunos, desde há três anos nunca mais de 25³³.

A criação de uma cultura religiosa passava também pelos bancos escolares. Para fazer a Primeira Comunhão ou participar de alguma associação religiosa precisava-se saber ler. A doutrina, todo o preparo para a Primeira Comunhão, só era possível àqueles que fossem alfabetizados. O sacramento da Comunhão funcionava como a iniciação do jovem na vida católica. Era um estágio obrigatório da vida. A partir daí o jovem seguia para a vida participativa da Igreja e aprimorando o perfil de bom cristão, temente a Deus e à Igreja.

³² Arquivo da Paróquia de Nova Trento. Livro de Avisos. 15/02/1938.

³³ Arquivo da Província Jesuíta do Brasil Meridional. História da Casa. 1944, p. 3.



Dessa forma, a escola, através de sua dinâmica e disciplina próprias, congregou interesses da família no processo da educação e inserção dos filhos na sociedade e, ao mesmo tempo, ajudou a formar pessoas numa cultura baseada na moral católica.

O projeto político-pedagógico confundia-se em interesse de governos, de organização eclesiástica e de necessidades sociais. No cotidiano, a vivência católica e o imaginário religioso também estavam inseridos num mundo letrado e intelectual.

Fontes:

Arquivo da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. Histórico da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, 1875-1894.

Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis. Livro Tombo – Nova Trento.

Arquivo da Paróquia de Nova Trento. Livro de Avisos.

Arquivo da Província Jesuíta do Brasil Meridional. Cartas Anuais. 1929.

Arquivo da Província Jesuíta do Brasil Meridional. História da Casa. 1944.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Correspondências dos Arciprestes e Vigários ao Presidente da Província. Abr./1883.

Referências bibliográficas:

BERRI, Aléssio. *A Igreja na colonização italiana*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988.

BOITEUX, H. C. *Nova Trento*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1929.

BOSO, Ivete Marli. *Entre passado e futuro: bilingüismo em uma comunidade trentino-brasileira*. 1991. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

CADORIN, Jonas. *Nova Trento, outra vez...* Nova Trento: Prefeitura Municipal, 1992.

CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

HEERDT, Moacir. *As escolas paroquiais em Santa Catarina – 1889-1930*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.



ORLANDI, Eni Pucinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.

PIAZZA, W. F. *Nova Trento*. Florianópolis, 1950.

Recebido em 03 de agosto de 2012.

Aceito para publicação em 22 de outubro de 2012.

